



213  
V

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0194135-3 (N. P. U. 0119625-22.1996.8.17.0001)**

**Agravante:** Plasmetal Indústria e Comércio Ltda

**Agravada:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA:** RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. DECISÃO TERMINATIVA. ICMS. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ART. 138 CTN TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRÉVIA DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE E PARCELAMENTO. TRIBUTO PAGO A DESTEMPO. . RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença que negou a segurança pleiteada por não considerar as provas existentes nos autos como aptas ao reconhecimento do pagamento do tributo, afirmando o magistrado prolator que se faz necessário, além da confissão, o pagamento ou o parcelamento comprovados para que se tenha direito ao benefício previsto para a denúncia espontânea (art. 138 do CTN), consubstanciado na exclusão da multa moratória.
2. A princípio, há de se registrar que a apresentação da GIAM equivale ao próprio lançamento do tributo sujeito à homologação, pois com a referida declaração, há o reconhecimento do débito tributário pelo contribuinte. Assim, ainda não há qualquer infração a ser denunciada, mas tão somente, informação sobre o valor do imposto devido antes de seu vencimento.
3. No que pertine às confissões de dívidas, por meio dos formulários de confissão ou regularização do débito, estes deverão estar acompanhados do pagamento integral do imposto, o que não se demonstra nas provas dos autos. Vê-se, claramente, que a maioria delas se refere a pagamento de débitos decorrentes de notificações fiscais, o que exclui a denúncia espontânea, conforme o disposto no art. 138, parágrafo único do CTN (*"Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração."*).
4. Os únicos que poderiam ser considerados denúncias espontâneas são os comprovantes constantes das fls. 47 e 50, mas estes foram objeto de pedido de parcelamento (fls. 48/49 e 51/55), o que afasta o disposto no art. 138, *caput* do CTN.
5. Nesse ponto, equivocou-se o magistrado de primeiro grau ao fundamentar sua sentença, pois considerou que para ter direito ao benefício previsto para a denúncia espontânea, o contribuinte terá, além da confissão, que proceder com o pagamento ou parcelamento

8



214  
H

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

do débito. Essa afirmação, entretanto, vai de encontro com a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça que, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 1.102.557/DF, processado sob o rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que “*o instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.*”.

6. Não houve, portanto, real comprovação da denúncia espontânea nos autos do *mandamus*, mas mesmo que tivesse havido, a exclusão da multa somente seria possível com a comprovação do pagamento integral na mesma oportunidade, o que não se confunde com o parcelamento.
7. Resta evidente que, em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, como no caso do ICMS, havendo comprovação de prévia declaração do imposto pelo contribuinte ou ocorrendo o parcelamento do débito, é inaplicável o instituto da denúncia espontânea previsto pelo art. 138 do CTN.
8. Recurso de Agravo não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0194135-3, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade, em negar provimento ao presente Recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

P. R. I.

Recife, 10 de Junho de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
**Relator**



215  
df

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0194135-3 (N. P. U. 0119625-22.1996.8.17.0001)**

**Agravante:** Plasmetal Indústria e Comércio Ltda

**Agravada:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face de Decisão Terminativa que negou seguimento ao apelo por estar a pretensão da apelante em confronto com a jurisprudencial dominante do STJ e deste e. Tribunal de Justiça no sentido de que nos tributos sujeitos à lançamento por homologação, como ocorre com o ICMS, havendo comprovação de prévia declaração do imposto pelo contribuinte ou ocorrendo o parcelamento do débito, é inaplicável o instituto da denúncia espontânea previsto pelo art. 138 do CTN.

Inconformada, a empresa autora interpôs o presente Recurso de Agravo, ratificando os termos da apelação, requerendo a reconsideração da decisão, portanto, alegando que os documento probantes do pagamento do débito estão presentes nos autos, o que leva à necessidade de anulação da decisão vergastada para que seja dado provimento ao apelo, reformando a sentença de primeiro grau por ter a sentença decidido contrariamente à prova dos autos.

Caso não haja a retratação pleiteada, requereu a remessa do autos para julgamento pelo Colegiado.

Não havendo razão para o exercício do juízo de retratação e, verificada a tempestividade e o preenchimento dos demais requisitos legais, coloco o presente recurso em mesa para que seja devidamente julgado pelo Colegiado, em conformidade com os ditames legais.

É o relatório.

Recife, 10 de junho de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
**Relator**



gmb  
[assinatura]

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público.**

**Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0194135-3 (N. P. U. 0119625-22.1996.8.17.0001)**

**Agravante:** Plasmetal Indústria e Comércio Ltda

**Agravada:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença que negou a segurança pleiteada por não considerar as provas existentes nos autos como aptas ao reconhecimento do pagamento do tributo, afirmando o magistrado prolator que se faz necessário, além da confissão, o pagamento ou o parcelamento comprovados para que se tenha direito ao benefício previsto para a denúncia espontânea (art. 138 do CTN), consubstanciado na exclusão da multa moratória.

A empresa impetrante alega em sua inicial que procedeu a uma denúncia espontânea de seus débitos quando apresentou as GIAMs (guias de informação e apuração do ICMS), como também ao proceder com confissões de débito, afastando, assim, a incidência da multa moratória conforme disposto no art. 138 do CTN.

A princípio, há de se registrar que a apresentação da GIAM equivale ao próprio lançamento do tributo sujeito à homologação, pois com a referida declaração, há o reconhecimento do débito tributário pelo contribuinte. Assim, ainda não há qualquer infração a ser denunciada, mas tão somente, informação sobre o valor do imposto devido antes de seu vencimento.

No que pertine às confissões de dívidas, por meio dos formulários de confissão ou regularização do débito, estes deverão estar acompanhados do pagamento integral do imposto, o que não se demonstra nas provas dos autos.

Da documentação acostada aos autos, vê-se claramente que a maioria delas se refere a pagamento de débitos decorrentes de notificações fiscais, o que exclui a denúncia espontânea, conforme o disposto no art. 138, parágrafo único do CTN (*"Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração."*).

[assinatura]



917  
d

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

Os únicos que poderiam ser considerados denúncias espontâneas são os comprovantes constantes das fls. 47 e 50, mas estes foram objeto de pedido de parcelamento (fls. 48/49 e 51/55), o que afasta o disposto no art. 138, *caput* do CTN.

Nesse ponto, equivocou-se o magistrado de primeiro grau ao fundamentar sua sentença, pois considerou que para ter direito ao benefício previsto para a denúncia espontânea, o contribuinte terá, além da confissão, que proceder com o pagamento ou parcelamento do débito.

Essa afirmação, entretanto, vai de encontro com a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça que, por ocasião do julgamento do Recurso Especial nº 1.102.557/DF, processado sob o rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que *"o instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário."*

**EMENTA: TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO DE DÉBITO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. INAPLICABILIDADE. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.**

**1. O instituto da denúncia espontânea ( art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.**

**2. Recurso Especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (REsp 879.844/MG, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 11/11/2009, DJe de 25/11/2009).**

Como visto linhas acima, o entendimento da jurisprudência mais atual do STJ é no sentido de que *"não deve ser aplicado o benefício da denúncia espontânea nos casos em que há parcelamento do débito tributário, visto que o cumprimento da obrigação foi desmembrado e esta somente será quitada quando satisfeito integralmente o crédito."*

**TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA. ICMS. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. PARCELAMENTO. MATÉRIA DECIDIDA EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO, NOS TERMOS DO ART. 543-C DO CPC. 1. "A denúncia espontânea não resta caracterizada, com a consequente exclusão da multa moratória, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação declarados pelo contribuinte e recolhidos fora do prazo de vencimento, à vista ou parceladamente, ainda que anteriormente a**

**3**



218  
✓

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

*qualquer procedimento do Fisco" (REsp 1.149.022/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 24/06/2010). 2. "Nos termos da Súmula 360/STJ," o benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo. É que a apresentação de Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIA, de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, ou de outra declaração dessa natureza, prevista em lei, é modo de constituição do crédito tributário, dispensando, para isso, qualquer outra providência por parte do Fisco. Se o crédito foi assim previamente declarado e constituído pelo contribuinte, não se configura denúncia espontânea (art. 138 do CTN) o seu posterior recolhimento fora do prazo estabelecido" (REsp 886462/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 28/10/2008). 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no Ag: 1327044 RS 2010/0121080-8, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 09/11/2010, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/11/2010)*

*DIREITO TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. CONFIGURAÇÃO. EXCLUSÃO DA MULTA MORATÓRIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento dos recursos repetitivos REsp n. 962.379 e REsp 886.462, reafirmou o entendimento já assentado pela Corte no sentido de que não existe denúncia espontânea quando o pagamento se referir a tributos já noticiados pelo contribuinte por meio de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, de Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIA, ou de outra declaração dessa natureza, prevista em lei e pagos a destempo. Considera-se que, nessas hipóteses, a simples declaração é apta a constituir o crédito tributário, sendo desnecessário, para tanto, o lançamento, de modo que, constituído o crédito tributário, o seu recolhimento a destempo, ainda que pelo valor integral, não enseja o benefício do art. 138 do CTN. 2. Contudo, in casu, o acórdão recorrido, com fundamento na prova dos autos, concluiu pela configuração da denúncia espontânea, porquanto não vislumbrou indício algum de que "realmente tenha havido declaração dos tributos anteriormente ao pagamento" ou de que o débito fora objeto de parcelamento. 3. Conclusão baseada em permissa fática cuja revisão é vedada a esta Corte por força do óbice da Súmula 7/STJ. 4. Assim, não havendo comprovação da ocorrência de parcelamento ou prévia declaração pelo contribuinte, configura-se a*

*(Assinatura)* 4



219  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

denúncia espontânea, mesmo em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, em razão da confissão da dívida acompanhada de seu pagamento integral ter ocorrido em momento anterior a qualquer ação fiscalizatória ou processo administrativo. 5. No que tange à natureza da multa cujo perdão está previsto no artigo 138 do CTN, a jurisprudência desta Corte já assentou que, não havendo, no dispositivo legal, nenhuma distinção entre multa punitiva e moratória, ambas devem ser excluídas quando do reconhecimento da denúncia espontânea. Precedentes. 6. Recurso especial não-provido (STJ - REsp: 1062139 PR 2008/0120542-8, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 11/11/2008, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/11/2008DJe 19/11/2008).

No mesmo sentido é a jurisprudência deste e. Tribunal de Justiça:

*TRIBUTÁRIO. ICMS. CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS ADVINDOS DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE. PARCELAMENTO DO DÉBITO E PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO. INCIDÊNCIA DA MULTA PUNITIVA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1 - A denúncia espontânea é um instituto criado pelo CTN com o fim de incentivar o sujeito passivo infrator a denunciar sua própria infração, pagando o tributo e os juros de mora ou depositando o valor arbitrado pela autoridade, tendo, assim, como consequência, a dispensa da penalidade cabível. 2- Precedentes do Superior Tribunal de Justiça orientam que a simples confissão da dívida, seguida de parcelamento, não configura denúncia espontânea, nos termos do 155-A do CTN. 3- -In casu, não se vislumbra a ocorrência de denúncia espontânea, considerando a existência do parcelamento e extemporaneidade do pagamento do débito, conforme atestam os documentos às fls. 24/48, restando cabível, portanto, a incidência da multa cobrada pelo Fisco Estadual 4- Recurso improvido à unanimidade. (TJ-PE - AGV: 2112690 PE 0013689-49.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 09/08/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 153)*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO DE DÉBITO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. INEXISTÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS PELA TAXA SELIC. LEGITIMIDADE. AGRAVO PROVIDO. 1.São duas as teses controvertidas nestes autos: (1ª) a exigibilidade, ou*

*ERIK* 5



220  
H

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

*não, de multa moratória quando denunciado espontaneamente o débito tributário e requerido o parcelamento do respectivo pagamento e (2ª) a legitimidade, ou não, da aplicação da Taxa Selic como índice de correção monetária de dívidas tributárias. 2. Quanto à primeira das teses acima descritas, está pacificado no âmbito jurisprudencial o posicionamento de que "O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário" (STJ-REsp 1.102.577/DF - processado sob o rito dos recursos repetitivos -, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 22/04/2009, DJe de 18/05/2009). 3. Igualmente, quanto à atualização monetária de débitos tributários quitados a destempo, o STJ - por ocasião do julgamento de recurso representativo da controvérsia - assentou que "A Taxa SELIC é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, diante da existência de Lei Estadual que determina a adoção dos mesmos critérios adotados na correção dos débitos fiscais federais" (REsp 879.844/MG, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 11/11/2009, DJe de 25/11/2009). 4. Na espécie, anotou-se, outrossim, que este próprio Tribunal já havia firmado o entendimento que é "É legítima a utilização da taxa Selic como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários estaduais pagos em atraso" (Súmula nº 19/TJPE). 5. Agravo provido. 6. Decisão unânime. (TJ-PE - AG: 74587 PE 0100147626, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 11/03/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 58).*

Desta feita, não houve real comprovação da denúncia espontânea nos autos do *mandamus*, mas mesmo que tivesse havido, a exclusão da multa somente seria possível com a comprovação do pagamento integral na mesma oportunidade, o que não se confunde com o parcelamento.

Resta evidente que, em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação, como no caso do ICMS, havendo comprovação de prévia declaração do imposto pelo contribuinte ou ocorrendo o parcelamento do débito, é inaplicável o instituto da denúncia espontânea previsto pelo art. 138 do CTN.

Por tais razões, negou-se seguimento ao apelo de forma monocrática por estar o recurso em confronto com a jurisprudência dominante deste e. Tribunal de Justiça e com a do STJ, mantendo a decisão vergastada, divergindo, apenas, quanto à fundamentação adotada.





221  
P

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

Assim sendo, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agrav.,  
mantendo a decisão terminativa em todos os seus fundamentos.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.

Des. Erik Dantas de Sousa Simões  
**Relator**